

RISCO À MESA

Engenheiros criticam uso abusivo de agrotóxicos

Je
Jornal do
Engenheiro

Fernando Pizarro/Agência Brasil

Profissionais, contudo, divergem sobre como evitar os males à saúde humana e ao ambiente. Para alguns, basta seguir as regras para utilização; outros defendem banimento total das substâncias hoje presentes em 90% dos alimentos.

Página 6





Comunicação: ESTRATÉGICA E ESSENCIAL

O **JORNAL DO ENGENHEIRO** vem publicando ao longo de 2014 uma série de reportagens que recuperam um pouco da história dos 80 anos do SEESP, que se completam em 21 de setembro próximo. Já se falou na fundação do sindicato, sobre sua participação na Constituinte, nas campanhas salariais. Nesta edição, entra em pauta o próprio jornal e a comunicação da entidade de forma geral, área que tem se mostrado fundamental para a defesa da categoria e a nossa ação política. Desde o início da década de 1980 – momento em que devido ao movimento de renovação o SEESP passou a dar ênfase a sua ação sindical –, quando foi criado o *Jornal do Sindicato dos Engenheiros (Jose)*, depois transformado em *Jornal do Engenheiro*, muito avançamos nesse campo.

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Atualmente, além dos incrementos e aprimoramentos do **JE**, que passou por diversas reformulações e hoje conta com um Conselho Editorial que se reúne regularmente para discussão de pautas e mudanças necessárias, temos vários outros veículos de comunicação. Contamos com o *site* do SEESP, as redes sociais, um boletim eletrônico semanal, o *SEESP Notícias*, e o *JE na TV*, programa semanal veiculado pela TV Aberta de São Paulo e outros 45 canais comunitários do interior. Há

ainda os boletins setoriais e por empresa que fazem principalmente a divulgação das atividades das campanhas salariais. E, em fase de implantação, temos o *Podcast JE*.

Esse conjunto de meios e ferramentas tem o objetivo crucial de fazer chegar à categoria e à sociedade em geral as nossas reivindicações, opiniões, propostas e atividades. O esforço de manter esses canais abertos parte da convicção sobre a importância da comunicação para a ação sindical. A avaliação que se faz é que não é mais possível que a área seja mero acessório no dia a dia da instituição. É parte central e estratégica da vida do sindicato, pois a ação não divulgada raramente pode ter impacto.

Essa compreensão ancora-se também na constatação de que a chamada grande imprensa, cuja pauta é determinada pelos interesses da empresa por trás daquele veículo ou por uma busca frenética de audiência e venda publicitária, contraditoriamente, deixou de ser um canal que dê conta plenamente da demanda por informação. Assim, é preciso que o sindicato lance mão de

Longe de ser mero acessório no dia a dia da instituição, difundir informações é parte central da vida do sindicato, pois a ação não divulgada raramente pode ter impacto.

meios próprios para fazer chegar à sua base, aos associados ou à população em geral o que considera relevante.

Cabe salientar que essa comunicação mediada pelos jornais, emissoras de rádio e TV ou grandes portais da internet continua tendo papel extremamente relevante, obviamente dado o seu alcance. Exatamente por isso, outra frente importante do trabalho de comunicação do SEESP é a chamada assessoria de imprensa, que visa divulgar suas ações, iniciativas e propostas junto a esses veículos. No entanto, fica cada vez mais claro ser necessário lançar mão de uma mídia própria, cujas prioridades sejam as nossas.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Thais Oliveira Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de julho de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS





Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Pedágio urbano inteligente: o fim do rodízio

Olimpio Alvares

A RECENTE CONFUSÃO, ora sobre o fim, ora sobre a ampliação dessa medida extrema de restrição ao automóvel em São Paulo, suscita questões fundamentais. Convém insistir nesse rodízio que não gera um centavo para o transporte público? Mesmo ampliado para três ou mais finais de placa, é possível escapar desse cenário asfíxiante: clausura nos carros e ônibus lotados com concentrações de poluentes cancerígenos até dez vezes maiores que os já altos níveis inalados por pedestres?

Não demoramos a buscar a saída a esse modelo inviável de imobilidade urbana? Por que não avaliar sem preconceitos o pedágio urbano? A experiência mostra que o melhor promotor dessa medida é seu sucesso. A contravérsia inicial, na verdade, é sempre revertida para aceitação pública após sua consolidação.

O pedágio urbano inteligente (PUI) detecta e identifica eletronicamente o veículo e cobra segundo o tempo de permanência em trechos congestionados. A receita é aplicada na mobilidade sustentável. E as virtudes são singulares. O sistema é democrático, com viés social: ao contrário do rodízio, que privilegia a elite, ele onera com parcimônia o uso abusivo do escasso espaço viário público, tornando-o mais eficiente, limpo e produtivo.

Como Robin Hood, o PUI tira do individual, espaçoso e contaminante e dá mais abrangência e qualidade ao transporte sustentável – mais recitado nas emissões, consumo e uso do espaço viário por passageiro. O pedágio urbano inteligente é

flexível, tem tarifas progressivas e diferenciadas por corredor e tipo de veículo, ajustadas pelo valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e pelos fatores típicos de emissão e consumo, sem causar grande impacto sobre a população de menor renda, especialmente no início do processo. A progressividade é ajustada ao ritmo da expansão da oferta de transporte público. Leva, portanto, sem causar trauma, alguns anos para produzir os melhores resultados.

Em dez anos de PUI em São Paulo, a receita seria de R\$ 30 bilhões – custo de 70km de metrô, 500km de VLT (bondes modernos) ou 1.000km de BRT (corredores de ônibus avançados). Generoso, o pedágio urbano inteligente só incide onde há congestionamento. Em situações de emergência individual, o motorista pode utilizar o carro sem levar multa e perda de quatro pontos na carteira, diferentemente do truculento rodízio – agora também “super-rodízio”.

O PUI pode mitigar convenientemente congestionamentos e a poluição. Mas, para que se torne realidade, autoridades e políticos devem arrefecer o cego apego às urnas e abrir os olhos para procurar a melhor saída a essa situação insustentável instalada nas grandes cidades brasileiras.

Leia artigo na íntegra em <http://goo.gl/GxrocZ>.

Olimpio Alvares é engenheiro mecânico formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), consultor em meio ambiente e transporte sustentável

CANDIDATOS





Na renovação do SEESP, voz aos engenheiros

Soraya Misleh

CRIADO EM 21 DE SETEMBRO DE 1934, em suas primeiras 4,5 décadas de existência, o sindicato tinha atuação bastante restrita. A virada se deu somente nos anos 1980, com o Movimento Renovação. Voltando-se a sua ação precípua de defesa dos direitos da categoria, o SEESP aproximou a entidade de sua base, fortalecendo sua representatividade. Como instrumento fundamental para tanto, lançou seu veículo de comunicação. Chegava, assim, em dezembro de 1980, às mãos dos engenheiros a primeira edição do *Jornal do Sindicato dos Engenheiros (Jose)* – na realidade, uma versão ainda experimental, de número zero.

Sob a presidência de Horácio Ortiz (gestão 1980-1983), o SEESP lançava ali as bases de sua imprensa sindical e começava a registrar uma rica história em prol dos seus representados, do Estado e do País.

Quem conta é seu sucessor, Antonio Octaviano (1983-1986), hoje diretor de extensão do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec): “Até então, praticamente inexistia qualquer comunicação externa, o que de certa forma correspondia à realidade e situação do sindicato à época, que tinha reduzido corpo de associados e até 1979 funcionava em apenas duas salas.” Com a implantação do Departamento de Imprensa, conforme destaca ele, foi feita consulta aos filiados sobre o nome a ser dado à publicação, batizada assim de *Jose*. Logo à edição nº 1, em janeiro/fevereiro de 1981, o anúncio de que viria para ficar, e com uma tiragem ousada: 10 mil exemplares. Com isso, ampliou-se a comunicação com as empresas em que atuavam os representados pelo SEESP e com que se buscava negociação, assim como a participação da entidade na vida do engenheiro. “O jornal foi importante para dar voz e visibilidade ao sindicato e as suas

ações.” Octaviano observa ainda que o *Jose* permitiu estabelecer um relacionamento maior para além da capital paulista. “À comissão de interiorização, a comunicação foi fundamental.” É da mesma época o surgimento dos boletins de campanhas salariais – cujos primeiros acordos do SEESP se deram na gestão Ortiz (em 1981, com o setor imobiliário, e no ano seguinte, com a estatal Companhia Energética de São Paulo – Cesp).

Com seis edições regulares e duas especiais, em agosto daquele ano, o *Jose* era, como assinalava texto na edição do mês (nº 5), um projeto “ainda em construção”. Chamava, assim, à participação da categoria, enviando suas críticas e sugestões, bem como respondendo a enquetes – uma delas, encaminhada a 3.500 associados no ensejo, apontaria que 80% consideravam a publicação “uma boa iniciativa do sindicato” e 89% classificaram a edição como ótima ou boa (resultado publicado no *Jose* nº 11, de abril de 1982). Uma das edições especiais revelava as propostas do SEESP à I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que se realizaria entre 21 e 23 de agosto de 1981. Temas como a necessidade de políticas nacionais de saneamento e energética, transporte eficiente e tecnologia a serviço da população eram apresentados à categoria para debate, sinalizando o que seria marca do sindicato: atuar como entidade-cidadã.

Evolução

Ainda sem periodicidade garantida, a publicação tem sua primeira reformulação gráfica e editorial anunciada em agosto de 1985, na edição nº 32. Sofrendo nova transformação quando a entidade passa a ser

comandada por Allen Habert (1986-1989), inicialmente em sua logomarca, o *Jose* mudaria de nome em outubro de 1987. A partir de então, assumiria a insígnia atual: *Jornal do Engenheiro*.

De lá para cá, foram vários projetos gráficos e editoriais – e um interregno em que se somou a *Revista do Engenheiro*, bimestral, no ano de 1998. O visual atual, com introdução de seções fixas e *layout* mais arejado, é apresentado em agosto de 2000 e a periodicidade – já regular – passa de mensal para quinzenal no ano seguinte. Também foi formado o Conselho Editorial, que discute e define as pautas. Como destacou sua coordenadora, a diretora do sindicato Maria Célia Ribeiro Sapucahy, em artigo intitulado “Uma coleção de dar orgulho” (edição nº 400 do *Jornal do Engenheiro*, de 1º a 15 de dezembro de 2011), configura-se “uma admirável coleção que, desde 1980, conta a história do SEESP e da luta da categoria em São Paulo e no Brasil. Também ao longo dessas décadas, foram registrados nas páginas da publicação os debates de relevância social que têm interface com a profissão e as causas democráticas”.

A comunicação do sindicato segue a evolução da área no Brasil. Assim, além da publicação impressa (com tiragem atual de 31 mil exemplares) e de boletins informativos, hoje conta com veiculação de notícias via *site* do SEESP, boletim semanal informativo eletrônico (*SEESP Notícias*) e desde 30 de abril de 2012 com o *JE na TV* (na TV Aberta de São Paulo). Experiências de *podcasts* (rádios *webs*) vêm sendo feitas, ampliando o caráter multimídia da imprensa da entidade. Sempre, como acrescenta Sapucahy em seu artigo, seguindo as regras do “bom jornalismo”.



Edição experimental número zero do *Jose*, em dezembro de 1980: de lá para cá, comunicação do SEESP evoluiu e se torna multimídia.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidasruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracaatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 9º and. – sala 93 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Dois, 2.727 – Vila Operária – CEP 13504-090 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspc@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquideas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

MAIS UM PASSO *na luta dos* *engenheiros* DA PREFEITURA

Deborah Moreira

DIANTE DE INTENSA mobilização, que incluiu 15 dias de greve, engenheiros e arquitetos da Prefeitura de São Paulo deram um passo à frente em sua luta por remuneração justa e valorização profissional. Atendendo a pedido do presidente da Câmara Municipal, José Américo (PT), esses profissionais protocolaram, no dia 26 de junho, em seu gabinete, uma proposta de projeto de lei (PL) sobre vencimentos, cargos e carreira.

O texto foi aprovado em assembleia na mesma data, no SEESP, na Capital, com a presença de cerca de 400 servidores. Agora, a expectativa é que seja apresentado pelo Executivo como emenda ao PL 312/14, já enviado ao Legislativo.

A categoria reivindica valorização das carreiras e recuperação das perdas salariais que, pelo índice INPC-IBGE, chegam a 49,46%, desde maio de 2007, data da última reestruturação no município, além de piso equivalente a 8,5 salários mínimos para jornada de 40 horas semanais. No PL, a proposta é de salário inicial de R\$ 5.200,00 mais gratificação de R\$ 1.300,00, o que supera os 8,5 mínimos. Além de supressão dos engenheiros e arquitetos do regime de subsídio proposto para as categorias de nível superior. Enviado no dia 10 de junho à Câmara Municipal, o projeto define reestruturação das carreiras com remuneração a partir desses subsídios – o que desconsidera as especificidades das diferentes atribuições, transformando todos os profissionais em analistas. A equiparação salarial dos engenheiros é promessa de campanha do prefeito Fernando Haddad (PT).

Desde 11 de junho, quando uma assembleia decidiu suspender a paralisação, os

grupos técnicos criados ao longo do movimento grevista vêm atuando de forma intensa na elaboração de um texto que garanta a valorização do servidor com responsabilidade sobre o uso dos recursos públicos. “É um processo muito rico. Quem está mais envolvido repassa as informações aos demais. Assim, estamos todos atentos às nossas reivindicações e por que estamos lutando”, ressalta Carlos Hannickel, representante do SEESP.

Os dados

O salário bruto de engenheiros e arquitetos aprovado no último concurso público da Prefeitura, com jornada de 40 horas semanais, nomeados a partir de 1º de agosto de 2012, é de R\$ 2.507,30, sendo R\$ 1.857,26 referentes ao padrão inicial da carreira mais R\$ 650,04, relativos aos 50% de gratificação por desempenho de atividade. Após mais de 25 anos de carreira na administração, o salário bruto chega a R\$ 5.254,35, que o funcionário só recebe integralmente se tiver pós-graduação e não tirar licenças médica, paternidade ou adoção.

O PL dos trabalhadores define, em linhas gerais, a criação de duas novas carreiras no quadro de profissionais do município: de engenheiro e de arquiteto. Além disso, abrange novo plano de carreira. “Trabalhamos para apresentar a melhor proposta. Não somos intransigentes como a Prefeitura, mas a negociação deve ocorrer com base na nossa proposta”, explica o delegado sindical do SEESP junto à Prefeitura, Sérgio Souza.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão diz que a proposta “fará com que os salários iniciais dobrem de valor até 2016, enquanto os de fim de carreira chegarão a mais de R\$ 16 mil”. Os delegados sindicais rebatem a afirmação, lembrando que o dobro dos vencimentos iniciais pagos hoje não chegará nem próximo do piso profissional das categorias, estipulado pela Lei 4.950-A/66 em



Os presidentes do SEESP, Murilo Pinheiro, e do Sasp, Maurílio Chiaretti, entregam a Luiz Roque Eiglmeier (à dir.), chefe de gabinete do presidente da Câmara, José Américo, o PL dos trabalhadores.

nove salários mínimos vigentes no País para jornada de oito horas diárias.

Para entender o beco sem saída deixado pela Prefeitura às categorias de nível superior, é preciso lembrar as diversas reestruturações que foram feitas em carreiras. Em 2002, a Lei Salarial 13.303 possibilitou que o Executivo passasse a conceder reajustes de 0,01%, a partir de uma manobra jurídica, vinculando a despesa média de pessoal à média das receitas correntes do município, que não podem passar de 40%. “Mas a gente não sabe ao certo quanto foi gasto. Não há transparência”, afirma Souza. Ele observa ainda que essa lei está em discordância com o artigo 92 da Lei Orgânica do Município, a qual estabelece uma remuneração que protege os salários dos efeitos inflacionários.

Segundo levantamento feito pelos servidores, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de São Paulo para 2002, a receita total prevista era de R\$ 8,8 milhões; para 2014, é de R\$ 44,8 milhões – um crescimento de mais de 500%. “Ora, algo está errado. Se os rendimentos estão atrelados à arrecadação, qual a explicação para o fato de que essa sobe enquanto o salário fica estagnado?”, indigna-se a arquiteta Laura Ceneviva, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, que atuou na elaboração do projeto de lei.

*Redigido coletivamente,
PL dos engenheiros
e arquitetos propõe
salário inicial superior
a 8,5 mínimos.*



Polêmica À MESA DO BRASILEIRO

Rosângela Ribeiro Gil

A NOCIVIDADE DOS agrotóxicos – produtos utilizados na agricultura para controlar insetos, doenças ou plantas daninhas – à saúde humana e ao meio ambiente é uma constatação quase unânime entre os especialistas no assunto. O que difere, todavia, é se o risco é intrínseco ao próprio produto ou existente apenas mediante sua utilização incorreta. A segunda posição é defendida pelo professor José Otávio Machado Menten, coordenador do curso de Engenharia Agrônômica do Departamento de Fitopatologia e Nematologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), para quem, desde que bem aplicado, a segurança é total.

A questão é pauta, desde 2012, de campanha da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), que, no último dia 3 de junho, realizou debate reunindo especialistas com o propósito de elaborar uma plataforma política sobre o tema para os candidatos que disputam as eleições em 2014. Menten informa que mais de 90% dos alimentos hoje consumidos no mundo foram cultivados com maior ou menor incidência desses herbicidas.

Para o engenheiro agrônomo Gabriel Sollero, que trabalha na assistência técnica e extensão rural para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e participa da “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida”, afirmar que a nocividade dessas substâncias está apenas associada às boas práticas agrícolas, como uso e dosagem corretos, significa assumir que “conhe-

ceamos todas as variáveis do ambiente e da substância fabricada e utilizada em interação com ele”. Menten, apesar de corroborar que os produtos são perigosos, afirma que os agrotóxicos talvez sejam o produto com o maior número de estudos. Mas adverte: “Sabemos exatamente o conteúdo deles, mas isso não significa que possam ser usados de maneira indiscriminada.” Ele explica que entre o desenvolvimento de um agroquímico seguro até sua liberação, há uma distância de até dez anos e mais de US\$ 250 milhões envolvidos, em conhecimentos nas áreas de biologia, química e efeitos ambientais. “Antes de ser comercializado, deve ser cadastrado nas coordenadorias de defesa agropecuária de cada estado”, esclarece.

Fiscalização dos Creas

Ainda a favor da sua tese, o professor ressalta a importância de profissionais capacitados na prescrição do receituário agrônomo, para garantir o uso correto dessas substâncias. Em São Paulo, ele informa que quem prescreve essas substâncias são apenas engenheiros agrônomos e florestais, e não técnicos agrícolas, como ocorre em outros estados brasileiros, que ganharam essa prerrogativa com o Decreto nº 4.560/2002. Ele defende um controle mais severo nesse sentido. Sob tal ótica, em grupo de trabalho que coordena no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-SP), estão sendo discutidas várias propostas, entre elas a de uma certificação específica, por período determinado, para quem emite essa receita. Para coibir abusos nesse processo, Menten pede, ainda, maior fiscalização dos Creas e punição exemplar dos profissionais “caneteiros”, que deixam receituários assinados em pontos de venda dessas substâncias. Ele evidencia a importância e responsabilidade da habilitação: “O engenheiro agrônomo, nesse caso, é uma espécie de ‘médico’ do nosso alimento”, diz. Além de escolher o produto seguro e correto, ensina, deve-se pensar que quem vai aplicar não pode se expor ao produto, dando toda a orientação de segurança de manuseio, que implica utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs). E reafirma: “Se for bem

aplicado, esse alimento, no momento da colheita, não vai ter resíduo que possa causar algum prejuízo à saúde dos consumidores.”

Sollero acredita que a engenharia deve se dedicar a encontrar respostas aos problemas reais de segurança alimentar no País e no mundo. Segundo informa, estima-se que a produção agropecuária atual é suficiente para matar a fome de três vezes a população mundial. “Temos duas frentes como desafio: a primeira é fazer o que se produz chegar a todos que precisam consumir. Isso significa logística, desconcentração de renda etc. A segunda é produzir sem o uso de veneno.” Ele historiciza o manejo dos herbicidas a partir da última guerra mundial, quando as grandes indústrias químicas buscavam formas de continuar a sua intensa produção. “O desenvolver desse processo foi a opção pelo desenvolvimento de uma agricultura baseada no uso de venenos”, argumenta. E critica: “As universidades, a indústria, a assistência técnica e extensão rural e as desonerações fiscais desenvolveram essa forma de fazer agropecuária. Imaginem o que seria do nosso potencial de produção sem os venenos agrícolas.”

O extensionista do MAB defende o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que busquem facilitar o pesado trabalho no campo sem o uso de agrotóxicos. “Máquinas e implementos adaptados, manejo adequado do solo e de outras variáveis ambientais, cultivares adaptados, controle biológico de pragas e doenças e produtos alternativos para controle químico são apenas alguns exemplos de linhas de pesquisa para a engenharia.” Uma forma, segundo ele, de livrar a população de parte das consequências do uso desses produtos nos campos, como o aumento dos casos de câncer, doenças crônicas, neurológicas, hereditárias e redução de fertilidade.

A política nacional para a liberação dos agrotóxicos exige, atualmente, a apresentação de estudos toxicológicos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ligada ao Ministério da Saúde, ambientais ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e agrônômicos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

“Sabemos o conteúdo deles, mais isso não significa que possam ser usados indiscriminadamente”, alerta professor da Esalq/USP sobre agrotóxicos.



Fernando Frazão/Agência Brasil

O cultivo de alimentos sem o uso de aditivos químicos, para evitar danos à saúde e ao meio ambiente, é outra posição defendida por especialistas.

Novidades

Fisioterapia e estética em Sorocaba

Estão ao alcance dos associados e seus dependentes serviços de fisioterapia, pilates, massoterapia, estética com Everaldo do Nascimento. Rua Comendador Hermelino Matarazzo, 726, Vila Santa Rita. Mais informações pelo telefone (15) 3012-5632 e *e-mail* everaldofisio@gmail.com. Desconto de 30%.

Inglês com desconto

Os engenheiros e seus dependentes poderão aprender o idioma na United. Os cursos são ministrados por professores especializados, que utilizam metodologia e materiais didáticos desenvolvidos e editados pela escola, conforme tabela própria. Matrícula por R\$ 389,00 mais 18 parcelas de R\$ 348,00, com possibilidade de bônus adicional. Varias unidades na Capital e na Grande São Paulo. Mais informações pelo telefone (11) 3743-2996 e no *site* www.unitedidiomas.com.

Clínica Schmillevitch à disposição

Esse centro de diagnósticos coloca ao alcance dos filiados e seus dependentes uma série de vantagens. Com alta tecnologia, realiza exames de análises clínicas, colposcopia, ultrassonografia, raio X, eletrocardiograma, biópsias, ressonância magnética, tomografia computadorizada e outros. Unidades Angélica, Santana, Santo Amaro, Sumaré e Tatuapé. Mais informações pelo telefone (11) 3828-8800 e no *site* www.schmillevitch.com.br. Serviços conforme tabela de preços diferenciada.

Convênios

Prestação de serviços

• **Life Idiomas** – Cursos de inglês, alemão, espanhol, francês, italiano. Avenida Senador Vergueiro, 113, Jardim do Mar, e Rua Cristiano Angeli, 479, Assunção, em São Bernardo do Campo (SP). Informações pelos telefones (11) 4330-3038, 4356-2489 e no *site* www.lifeidiomas.com.br. Desconto de 10%.

Pousada na Ilhabela

No litoral norte de São Paulo, uma dica é a Pousada Terra Madre, com café da manhã incluído na diária. Rua Antenor Custódio da Silva, 80, Cocaia. Mais informações pelo telefone (12) 3896-8018, *e-mail* atendimento@pousadaterramadre.com.br e no *site* www.pousadaterramadre.com.br. Criança com até 16 anos, no mesmo quarto, não paga diária. Desconto de 10%.

Aluguel de veículos em Ribeirão Pires

Uma opção para solicitar esse tipo de serviços é a Panorama Locadora, com diárias a partir de R\$ 29,90. Avenida Prefeito Valdério Prisco, 980, Centro. Mais informações pelo telefone (11) 2595-1717, *e-mail* vanessa@panoramalocadora.com.br e no *site* www.panoramalocadora.com.br. Desconto de 10%.

Parques à criança

- **Hopi Hari** – Um ingresso no valor de R\$ 66,00, dois, R\$ 99,00. www.hopihari.com.br.
- **Mundo da Xuxa** – Passaporte único por R\$ 59,00; quatro, R\$ 196,00. www.omundodaxuxa.com.br.
- **Thermas do Vale** – Preço do ingresso, R\$ 50,00 (para adulto) e R\$ 20,00 (criança até 11 anos). www.thermasdovale.com.br.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado.

Consulte relação completa no *site* **www.seesp.org.br**

Turismo

- **Acrópolis Marina Hotel** – Diária com pensão completa. Avenida Almirante Jair Toscano de Brito, 500, Parque das Palmeiras, Angra dos Reis (RJ). Informações pelo telefone (24) 3365-2225 e no *site* www.acropolismarinahotel.com.br. Desconto de 10%.
- **Namaskar Agência de Viagens e Turismo** – Avenida Onze de Junho, 142, Vila Clementino, na Capital.

Saúde e seguros com desconto

Parceria do SEESP com o Grupo Semmler possibilita aos engenheiros filiados contratação de planos de saúde com descontos de até 40% em comparação ao cobrado no mercado e renovação do seguro de automóvel com até 25% de desconto. O trabalho abrange as melhores operadoras do mercado (Amil, Unimed, OdontoPrev, Uniodonto, Porto Seguro, SulAmérica, Bradesco, AssistCard etc.). Confira essas e outras vantagens em seguros, como residencial, de vida, empresa, eletrônicos, viagem, fiança locatícia. A categoria conta ainda com atendimento exclusivo para intermediar qualquer situação junto à operadora/seguradora contratada. Mais informações pelos telefones (11) 3511-3170 (Grande São Paulo) e 0800-3335111 (demais regiões) e no *site* www.semmler.com.br.



- **Wet'n Wild** – Ingresso com preço único de R\$ 42,00. www.wetnwild.com.br.

Os ingressos podem ser adquiridos no Departamento de Benefícios do SEESP, em horário comercial. Informações pelo telefone (11) 3113-2664.

- **Sisnaturcard (Sistema Nacional de Turismo)** – Hotéis, pousadas, chalés, colônias de férias e pacotes turísticos. Rua Rio Branco, 245, sala 32, no Centro de São Bernardo do Campo (SP). Informações pelos telefones (11) 3424-2709, 4125-0480, 4330-8996 e no *site* www.sisnaturcard.com.br. Descontos de 10% a 30% e também especiais.

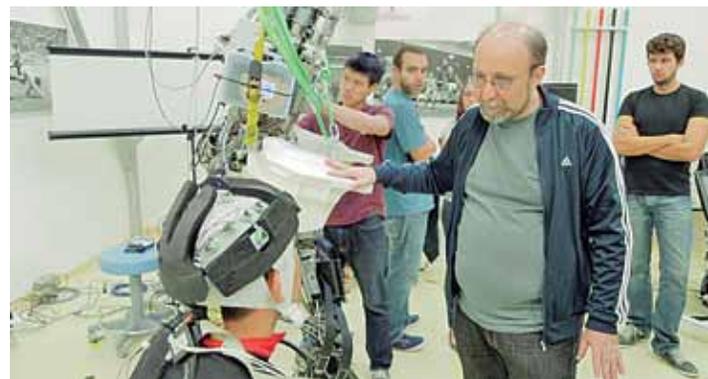


CNTU apresenta moção de apoio ao cientista Miguel Nicolelis

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) aprovou uma moção de apoio e congratulações ao médico neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis e a sua equipe “pela iniciativa, inovação e protagonismo inéditos do projeto Andar de Novo”. Por seu intermédio, o voluntário Juliano Pinto, que tem paraplegia completa de tronco e membros inferiores, vestido com um exoesqueleto robótico (Exo BRA Santos Dumont 1), deu o pontapé inicial simbólico no jogo inaugural da Copa 2014, em São Paulo, no dia 12 de junho. Conforme afirmado na moção, “o feito reveste-se de significado profundo para a comunidade científica e tecnológica brasileira e para nosso desenvolvimento”.

O projeto Andar de Novo conta com apoio de centros de pesquisas nacionais e internacionais. Ainda segundo destaca o texto, sintetiza “saberes da medicina, engenharia,

psicologia, fisioterapia, enfermagem, automação, eletrônica, mecânica, mecatrônica, robótica, neurociência, entre outros, e abre um caminho novo para a inclusão de milhões de pessoas com deficiência no País e no mundo”. Na moção, a CNTU observa que a iniciativa transformou o mundial também em “palco da ciência, tecnologia e inovação”. Para a confederação, “assistida por mais de 1 bilhão de habitantes pelo mundo, essa demonstração pública de ousadia, vigor, força do conhecimento e da pesquisa tem para o Brasil e para seus profissionais um significado simbólico especial. Estimula os poderes públicos e a sociedade a apostarem no caminho da conquista de mais recursos, gestão democrática para a educação, saúde, ciência, tecnologia, inovação e na qualificação de milhões de pessoas como saída para o progresso social e o aumento da qualidade de vida da população”.



Nicolelis acompanha desenvolvimento do protótipo ao projeto Andar de Novo.

Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, além de cadastramento de currículos e vagas. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2670.

Curso sobre compostagem é ministrado em Bauru

A cidade realizou no dia 18 de junho, no Assentamento Horto Aimorés, um curso sobre compostagem como parte das atividades previstas no programa “Capacitação em olericultura – Compostagem e biofertilizantes”. O objetivo foi oferecer aos produtores rurais e assentados procedimentos técnicos de como realizar uma compostagem, biofertilizantes sólidos e líquidos orgânicos, adubação verde, relação carbono-nitrogênio e auxílio à agricultura familiar, na transição de conven-



Agência de Notícias/Imbrapa

Compostagem diminui resíduo e viabiliza a produção de hortaliças orgânicas no Rio de Janeiro.

cional para orgânica, proporcionando melhores condições de trabalho e geração de renda na produção de alimentos.

O curso foi ministrado pelos engenheiros agrônomos Sérgio Mitsuo Ishicava e Marco Aurélio Parolim Beraldo, ambos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), Regional/Bauru, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Conceitos teórico-práticos sobre dimensão do composto, temperatura ideal, micro-organismos benéficos, quantidade do composto a ser utilizado etc., bem como legislações sobre o assunto, juntamente com ações participativas, foram abordados.

Lins sedia encontro estadual sobre saneamento ambiental



Abertura do encontro no município: oportunidade de atualização e contatos aos profissionais da região.

Nos dias 10 e 11 de junho, a cidade abrigou o XIV Encontro Estadual de Saneamento Ambiental. O evento contou com palestras e uma feira paralela de fornecedores de máquinas e equipamentos dos mercados nacional e internacional do setor. O presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Lins, Juliano Munhoz Beltani, participou da atividade. Reynaldo Young Ribeiro, presidente da Associação dos Engenheiros da

Sabesp (AESabesp), destacou, na ocasião, a importância de se levar esse conhecimento ao município e a todos os engenheiros da região, não só da área de saneamento, mas também de construção civil, de prestação de serviços públicos e prefeituras. “É uma oportunidade única em que os profissionais da região anualmente podem se atualizar e manter contato com essa rede de fornecedores e entidades.”

Engenheiros da Cetesb aprovam acordo

Em assembleia no dia 10 de junho, os engenheiros que trabalham na Cetesb (data-base em 1º de maio) aprovaram a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014 com base na última proposta da companhia, apresentada em audiência de conciliação no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos (NCC) do Tribunal Regional do Trabalho (TRT 2ª Região) no dia anterior. Destacam-se os seguintes itens: reajuste salarial de 6,28% retroativo à data-base e extensível aos beneficiários de caráter econômico, à exceção dos vales alimentação e refeição comercial, reajustados em 10%; pagamento do piso salarial conforme previsto na Lei 4.950-A/66; gratificação de férias



correspondente a R\$ 1.165,28 de valor fixo acrescido de 35% da diferença entre essa parcela e o vencimento (salário nominal + adicional por tempo de serviço); adoção em 2014 da cesta de Natal com valor igual ao do vale-alimentação; garantia de emprego até 30 de abril de 2015 para 96% do quadro efetivo de pessoal em 30 de abril último (afora os que já têm estabilidade institucional); e manutenção das demais conquistas do acordo anterior.